

A FALÊNCIA DA AUTORIDADE PARENTAL NA FAMÍLIA CONTEMPORÂNEA

THE FAILURE OF PARENTAL AUTHORITY IN THE CONTEMPORARY FAMILY

ARIANE CRISTINA ALVES DOS SANTOS^{1*}, PATRÍCIA MARIA DE LIMA FREITAS²

1. Acadêmica do curso de Psicologia da UNINGÁ – Centro Universitário Ingá; 2. Docente do curso de Psicologia da UNINGÁ – Centro Universitário Ingá e Mestre em Psicologia pela UFSC, graduada em Psicologia pela UEM.

* Guaratinga, 169, Jardim dos Pássaros, Maringá, Paraná, Brasil, CEP: 87075-240. abcdelis@hotmail.com

Recebido em 23/07/2016. Aceito para publicação em 06/09/2016

RESUMO

As dificuldades que os pais encontram em educar seus filhos na atualidade tem sido um assunto muito discutido em nossa sociedade. Este artigo contribui para a visão dos principais fatores relacionados à falência da autoridade parental. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica que se apoia em referências que contemplam o tema proposto, com base em livros, teses, dissertações, revistas e artigos científicos. O artigo aborda o contexto histórico da família dos primórdios até o presente momento, passando à importância do vínculo familiar no desenvolvimento e educação da criança e à identificação de fundamentos da perda do vínculo familiar na contemporaneidade.

PALAVRAS-CHAVE: Transmissão da autoridade parental, família contemporânea e sociedade.

ABSTRACT

The difficulties faced by parents when educating their children have been a common subject in the present society. This study aims to discuss the factors which underlie the failure of the parental authority. Through a bibliographical research based on papers, books, articles, thesis, dissertations and other sources, this article begins by covering the history of the concept of family, then moving to the importance of the familial bond for the development and education of the child and finally addresses the identification of basic factors for the loss of the familial bond in the present days.

KEYWORDS: Transmission of parental authority, contemporary family and society.

1. INTRODUÇÃO

A educação de filhos na atualidade tem trazido aos pais uma série de dúvidas e insegurança em seu papel em sua forma de educar. Isso faz com que eles se sintam impotentes, não sabendo mais o que fazer com os filhos ditos indisciplinados ou malcriados que constantemente desafiam sua autoridade.

Diante disso, autores como Winnicott (2011)¹, Dolto (2008)² e Martins Filho (2012)³ apresentam que a famí-

lia exerce um papel primordial na educação e desenvolvimento da criança. Entretanto para compreensão de tais fatores relacionados à falência da autoridade parental, é necessário entender o contexto histórico da família no ponto de vista antropológico até os dias atuais. Roudinesco (2003)⁴ traz que a família passou por diversas alterações nos últimos tempos, envolvendo questões sociais e econômicas e um considerável aumento de divórcios e separações de casais. Isso reflete diretamente na configuração familiar, dificultando assim a transmissão da autoridade. Percebe-se que este cenário de mudanças sociais ocasionou diversas implicações nas práticas educativas e principalmente nas relações e vínculos familiares.

Portanto, a família desde os primórdios sempre representou um determinado grupo social com influências na vida do indivíduo. Tal grupo tem e sempre teve uma função importante na constituição de sujeito, atuando por ações educativas.

Neste sentido, o presente artigo tem por objetivo geral compreender os fatores que tem causado a falência da autoridade parental na família contemporânea. São também objetivos apresentar a importância do vínculo familiar no desenvolvimento e educação da criança e compreender a perda do vínculo familiar e a falência da autoridade parental. O tema deste estudo se justifica por sua relevância e repercussão em nossa sociedade e pela identificação e interesse das autoras por assuntos que abordam as relações familiares e a educação e cuidados com as crianças.

Visando alcançar o objetivo proposto, o artigo foi estruturado de forma que na primeira parte se aborda a contextualização da família e as suas principais modificações. Na segunda foram descritos conceitos ligados à importância do vínculo familiar na educação e desenvolvimento da criança. A terceira parte apresenta a perda do vínculo familiar em decorrência das mudanças sociais e econômicas que causaram diversas implicações nas relações familiares, nas práticas educativas e na transmissão da autoridade parental. A conclusão encerra o trabalho, analisando os dados da pesquisa e suas contribui-

ções acerca do tema proposto.

2. MATERIAL E MÉTODOS

Para alcançar o objetivo proposto, o presente estudo tem como base metodológica uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa, pois, conforme descreve Gil (2008)⁵ a pesquisa bibliográfica é produzida a partir de material já elaborado, permitindo assim ao pesquisador uma cobertura ampla dos fenômenos a serem pesquisados. A coleta de dados se deu por meio de livros de autores que contemplam assuntos sobre o tema proposto, também através de dissertações, teses, revistas e artigos científicos. Estes materiais estão disponíveis em banco de dados *online* como *sites* da Scielo, Google Acadêmico, Pepsic e Capes. Para a busca dos artigos foram utilizadas as palavras chaves: transmissão da autoridade parental, família contemporânea e sociedade. Com esses descritos foram encontrados 45 resultados e dentre eles foram utilizados quatro selecionados, os quais são mencionados nas referências deste trabalho.

3. DESENVOLVIMENTO

Contexto Histórico Sobre a Família

Para compreender os fatores relacionados à perda da autoridade parental é necessário primeiramente definir a família na visão antropológica, e então compreender a sua história e as diversas transformações ocorridas em seu interior nos últimos tempos. Contextualizando a história da família desde os primórdios, Ariés (1981)⁶ apresenta que, o sentimento de família na Idade Medieval era desconhecido. Ele surgiu somente nos séculos XV e XVI juntamente com o sentimento de infância, representadas pelos artistas da época através de iconografias. Os artistas se empenhavam em representá-las associadas a três forças afetivas: a religiosidade, o sentimento de infância (a criança pequena) e o sentimento de família (a reunião em volta da mesa).

Neste período a família não se alimentava de um sentimento existencial estabelecido entre pais e filhos. Era considerada uma realidade moral e social, mais do que um elo sentimental. Ariés (1981, p.158)⁶ traz que, “de modo geral, a transmissão do conhecimento de uma geração a outra era garantida pela participação familiar das crianças na vida dos adultos”. A criança desde muito cedo era retirada da sua própria família e de sua casa para ser enviada a outra família para aprender as maneiras de um cavaleiro. Somente voltava aos seus pais na idade adulta, muitas vezes, no entanto, isto também não acontecia. Os ensinamentos e conhecimentos eram transmitidos pelos mestres da época, em que repassavam para as crianças as experiências práticas e o valor humano que pudessem possuir. Desta forma, toda a educação ocorria através da aprendizagem, dando noção a um

sentido mais complexo do que ela poderia adquirir mais tarde. Tal aprendizagem era um hábito comum em todas as condições sociais.

Ainda de acordo com Ariés (1981)⁶, após o século XV, as realidades e os sentimentos da família modificaram-se em uma revolução intensa e branda. A educação passou a ser oferecida gradualmente pelas escolas. Nesta época a escola então deixou de ser reservada apenas aos clérigos, se tornando um instrumento comum de iniciação social de todos. Um modo de traçar o caminho da infância à fase adulta. Com essa evolução surge uma necessidade moral dos educadores na preocupação em separar os jovens do mundo adulto para conservá-los na inocência primitiva, treinando-os para lidar com e resistir às tentações dos adultos. Concomitantemente aumenta a preocupação dos pais em cuidar dos filhos mais de perto e ficando mais próximos deles. O abandono ou cuidado por outras famílias, mesmo que fosse por pouco tempo, já não era aceito com tão bom grado. Esse deslocamento da aprendizagem para escola faz com que se crie uma aproximação das famílias com as crianças. Assim nasce o sentimento de família e infância, visto que antes haviam sido separados. A partir de então os pais começaram a se organizar ao redor da criança.

O sentimento de família nesta época subsistia no silêncio, o qual era atribuído à falta de um valor aceitável para a família. Por isso, o sentimento de família surge com vigor e de forma definitiva somente no século XVII, em que ocorreram diversas mudanças importantes na atitude dos adultos em relação à criança. Ariés (1981, p.152)⁶ descreve que, “daí em diante, a família não é apenas vivida discretamente, mas é reconhecida como um valor exaltado por todas as forças da emoção.”

O mesmo autor complementa que, esse sentimento se organizou muito fortemente em volta da família conjugal, uma família constituída pelos pais e filhos e relacionado ao conceito de infância. Até o século XVIII as famílias viviam em público, demonstrando diversas formas de domínio em sociedade. Somente no decorrer dos tempos ela se tornou um grupo social fechado.

Ariés (1981)⁶ enfatiza ainda que, o início dos tempos modernos é marcado pela preocupação com a educação. A família deixa de ser somente uma instituição de direito privado para transmissão dos bens e do nome e assume um papel moral e espiritual. O cuidado com as crianças, que antes era rejeitado, passou a causar sentimentos novos de afetividade que a iconografia do século XVIII apresentou com empenho e gosto, fazendo surgir o sentimento moderno da família.

O contexto histórico da família e as diversas evoluções ocorridas em seu interior nos últimos tempos também são descritos por Roudinesco (2003)⁴. Eles são distintos em três grandes períodos: no primeiro se tem a família dita “tradicional”, que desempenhava o papel de garantir a transferência de um patrimônio. Nele os ca-

samentos eram arranjados entre os pais e a célula familiar ficava em uma ordem de mundo permanente, sendo submetida a uma autoridade patriarcal.

Na família dita “tradicional” o homem era o provedor da família, sendo responsável pelo trabalho remunerado e com autoridade sobre os filhos e a esposa. A mulher ficava responsável pelos afazeres domésticos e cuidados com a casa e crianças. A afetividade da família tradicional ficou marcada por um romantismo que envolveu a ideia de amor materno natural, preocupada com o amor e o desenvolvimento da criança⁹.

Em um segundo período surge à família dita “moderna”, entre o final do século XIX e meados do XX. Neste momento histórico as mudanças sociais são diversas e grandes, muitas valorizando a divisão do trabalho entre os cônjuges e ao mesmo tempo fazendo do filho um sujeito de quem o Estado deveria garantir a educação. Roudinesco (2003, p.19)⁴ ressalta que “a atribuição da autoridade se torna motivo de divisão incessante entre Estado e os pais, de um lado, e entre pais e mães, de outro”.

Neste sentido (Roudinesco, 2003)⁴ descreve que, nos últimos tempos a família passou por muitas mudanças envolvendo questões sociais, econômicas, trabalhistas e houve um grande aumento de divórcios e separações entre os casais, elementos que dificultam a transmissão da autoridade parental. Além disso, Martins Filho (2012)² afirma que, houve uma estigmatização da família dita “tradicional”, de modo que as mulheres lutavam através dos movimentos feministas para conquistar seu lugar na sociedade. Isso levou a mulher moderna a sair de sua casa para o mercado de trabalho, afastando-as dos cuidados com a casa, filhos e família.

A família do período moderno deixou de ser definida como um modelo de uma força divina ou do Estado. Guimarães (2008)⁷ aponta que, o pai que antes se mostrava dotado de poder, agora em sua atuação apresenta-se fraco e confuso. Não se posiciona como educadores dos filhos, ocorrendo à decadência das práticas educativas na atualidade.

Para Roudinesco (2003, p.21)⁴, “a família autoritária de outrora, triunfal ou melancólica, sucedeu a família mutilada de hoje, feita de feridas íntimas, de violências silenciosas, de lembranças recalçadas. [...]”. Desta forma, mesmo dominada pela fragilidade de um sujeito em sofrimento, a família dita hoje “contemporânea” continua sendo a instituição humana mais substancial da sociedade. Portanto, no decorrer do século XX, a autoridade parental foi permanentemente revalorizada, ainda que em alguns lugares fosse rompida, dividida e fragmentada.

A importância do vínculo familiar no desenvolvimento e na educação da criança

Porque a família é a primeira instituição social na

qual a criança cresce e se desenvolve, cabe aqui abordar a importância do vínculo familiar na constituição de sujeito e de sua personalidade, bem como compreender a relação deste vínculo com as práticas educativas e a transmissão da autoridade parental.

Portanto, Neufeld & Maté (2006)⁸ nos mostra que na discussão sobre educação de filhos e vínculos “poder” significa autoridade espontânea. Não é resultado de coerção e força, mas sim de um relacionamento precisamente alinhado com a criança. A autoridade é absolutamente primordial para a função de criar filhos, pois envolve a responsabilidade dos adultos.

Pratta & Santos (2007)⁹ afirmam que desde os primórdios a família sempre remeteu a um determinado grupo social com influências na vida das pessoas, sendo considerado um grupo organizado e complexo. Neste sentido, a família tem uma função significativa na constituição do sujeito e na determinação e organização da sua personalidade. Ela influencia o comportamento individual por ações educativas e também é o primeiro grupo social do qual o sujeito faz parte e sem o qual não poderia subsistir. Neste sentido, Winnicott (2011)¹ descreve que, a criança é estudada em sua relação com a família ou em relação à falta de uma.

Para Winnicott (2011, p. 125)¹ “a família constitui um grupo cuja estrutura se relaciona com a estrutura da personalidade do indivíduo [...]”, considerado o primeiro dos agrupamentos da criança, que irá lhe auxiliar em seu crescimento. Neste sentido a riqueza de detalhes aumenta conforme a criança vai crescendo, fazendo com que o vínculo com o pai e mãe fique mais fortalecido¹².

O mesmo autor ressalta que dentro da instituição familiar a mãe da criança desempenha um papel primordial em seu desenvolvimento, pois tem a tarefa de se adaptar às necessidades da criança. O pai entra no quadro geral de duas formas: ele é uma duplicação da figura materna se transformando real para seus filhos no papel de duplicação da mãe. Outra característica do pai é o momento em que ele entra na vida da criança como uma figura da mãe que é rígido, severo e implacável que em situações favoráveis, vai gradativamente se tornando aquele homem que se transforma em um ser humano, podendo ser temido, amado, odiado e respeitado.

Winnicott (2008, p.129)¹⁰ afirma que, quando o pai entra na vida da criança, ele assume sentimentos que ela já alimentava em relação a certas propriedades da mãe, e para ela constitui um alívio verificar que o pai comporta de maneira esperada.

Entretanto, a criança é bem sensível às relações entre seus pais. Se tudo ocorre satisfatoriamente dentro do lar, a criança irá mostrar admiração por encontrar a vida mais compreensível, demonstrando-se mais feliz e flexível de se guiar. Winnicott (2008)¹⁰ acredita que, isso é o que a criança entende por “segurança social”. De acordo com Winnicott (2008, p.129)¹⁰ o pai é importante

para dar apoio moral à mãe, sendo um auxílio para a sua autoridade, isto é, “um ser humano que sustenta a lei e a ordem que a mãe implanta na vida da criança”.

Ainda Winnicott (2011)¹ enfatiza que a maior parte da organização da vida de uma criança tem que ser realizada pela mãe, e que os filhos gostam de sentir que ela pode administrar o lar enquanto o pai está ausente. Portanto, toda mãe precisa estar apta a falar e agir com autoridade com os filhos, porém, se ela sozinha tiver que fornecer todo o elemento de vigor na vida dos filhos, terá um fardo pesado para carregar. Para a criança é mais fácil contar com ambos os pais: um dos pais pode ser visto como existência de amor, já o outro ser detestado, e isto estabelece, em si, uma influência estabilizadora.

Winnicott (1997)¹¹ ressalta que a família exerce um papel fundamental na educação e desenvolvimento da criança, é considerada uma unidade localizada na sociedade orientada a lidar com a chegada de um novo indivíduo, variando a natureza da família conforme o padrão de sociedade. Desta forma, a família é um elemento essencial da nossa civilização com um crescimento próprio, nunca deixando de ser importante, realizando a função de proteger a criança do mundo e auxiliando-a em seu processo de desenvolvimento e maturação.

Em outras palavras, Dolto (2008)² diz que, as crianças são sujeitos de comunicação desde o nascimento, necessitando de segurança, alegria e muito amor de seus pais.

Por trás do conceito de família há o reconhecimento da necessidade preliminar da criança pequena da compreensão simples da sociedade, sendo utilizadas para finalidade de crescimento emocional primordial. Assim, Winnicott (1997)¹¹ traz em seu conceito teórico o processo de maturidade, sendo descrita como crescimento do sujeito, ligado a sociedade, em que a família terá função essencial para maturidade da criança.

Winnicott (2005)¹² ressalta que, a mãe tem uma função significativa para que a criança possa se sentir segura e amada, em relação com o pai da criança e com a própria família, sentindo-se aceita nos círculos gradativamente mais amplos que envolvem a família e constituem a sociedade. É desta forma que todo sujeito se desenvolve e se torna maduro, não podendo considerar a maturidade adulta como algo separado do desenvolvimento anterior. Para que o indivíduo tenha um desenvolvimento saudável ele necessita de um ambiente que lhe proporcione, aos poucos, tornar-se uma pessoa que possui um lugar na comunidade sem que sua individualidade seja perdida.

Ainda o mesmo autor afirma que são os pais que mantêm um lar unido, de forma, a proporcionar aos seus filhos uma função valiosa e importante. Isso porque é o ambiente circundante que torna realizável o crescimento de cada criança. As boas condições de cuidado, na primeira fase da vida produz um sentido de segurança, ge-

rando por sua vez um autocontrole. As crianças sadias precisam de uma pessoa que lhes imponha disciplina, porém, essa pessoa que estabelece o controle pode ser amada e também odiada, desafiada e chamada a ajudar.

Winnicott (2005, p. 61)¹² afirma que, a existência da família e a preservação de uma atmosfera familiar, resultam do relacionamento entre pais no quadro do contexto social em que vivem. A contribuição que os pais podem dar à família que estão construindo depende em grande medida de seu relacionamento geral com o círculo mais amplo que os envolve, ou seja, seu contexto social imediato. Neste sentido é fundamental compreender a importância do vínculo familiar na vida, no desenvolvimento e na educação da criança, pois diante dos conceitos teóricos mencionados percebe-se que a família desempenha a função de cuidado e proteção ao impor limites e disciplina. O vínculo entre pais e filhos faz com que a crianças sintam segurança em seu desenvolvimento, com os pais se mostrando mais flexíveis ao guiá-las e de educá-las.

A perda do vínculo familiar e a falência da autoridade parental

As diversas mudanças sociais ocorridas, tem influenciado diretamente a transmissão da autoridade parental na família contemporânea. Consequentemente, Dolto (2007)¹³ aponta que, existe uma grande insegurança por parte dos pais em educar seus filhos. Além disso, Martins Filho (2012)³ mostra que as famílias, os pais e as mães, já estão percebendo que o tempo com seus filhos para amar, fazer carinho e para a presença do amor paterno e materno estão diminuindo pouco a pouco.

Monteiro (2008)¹⁴ ressalta que o discurso atual contemporâneo sobre a crise da autoridade familiar se caracteriza por um desmembramento de uma crise já instituída há dois séculos. A família contemporânea se mostra como uma intuição em crise, de certa forma insegura, com desacordos de opiniões e conflitos de entendimento recíproco. Portanto, “A família de modo geral, encontra-se confusa e perdida em relação às práticas educativas ajustadas às demandas contemporâneas”⁸.

No momento presente, em uma sociedade que valoriza o consumismo, as pessoas estão mais preocupadas em adquirir bens. A lógica que domina é a lógica do mercado, levando a ter primazia os investimentos pessoais ou prol da família nuclear, o investimento e planejamento que envolve o cuidado e a educação dos filhos fica terceirizado a outras instâncias da sociedade, principalmente à escola. Diante disso, alguns fatores têm contribuindo para os problemas chamados por Martins Filho (2012)³ de “terceirização infantil”, que envolvem questões socioeconômicas e psicológicas. Atualmente as crianças vivem em uma sociedade em que as informações, as relações familiares, os afetos estão em constantes transformações.

Deste modo, a educação dos filhos tem sido terceirizada, pois no contexto da vida atual as mães se inseriram no mercado de trabalho. Por isso elas acabaram se distanciando dos cuidados com seus filhos, delegando essa tarefa às escolas, creches, parentes. Entretanto, esta situação de distanciamento entre pais e filhos pode acarretar problemas de relacionamento, prejuízo para o desenvolvimento emocional, cognitivo e físico da criança. Martins Filho (2012)³ traz que, um dos fatores que tem também contribuído para a terceirização infantil é

[...] a falta de preparo intelectual ou de conhecimento sobre o desenvolvimento infantil em determinadas famílias que não valorizam, não conhece ou não atenta para a problemática do desenvolvimento psicológico e cognitivo e a importância do vínculo mãe-filho⁴.

Neufeld & Maté (2006)⁸ cita que na sociedade moderna o ambiente deixou de impulsionar as crianças a se desenvolverem de acordo com modelos naturais de vínculos. Uma das consequências causadas pelas mudanças econômicas é a questão de as crianças são colocadas em situação nas quais, desde muito cedo passam maior parte do dia sob os cuidados de outras pessoas, até mesmo logo após o seu nascimento. A sociedade moderna tem causado uma imposição econômica para que os pais e mães trabalhem fora de casa, mesmo com as crianças ainda pequenas, porém, nada se tem feito para satisfazer as necessidades emocionais das crianças que são criadas desta forma.

Diante das mudanças ocorridas, Neufeld & Maté (2006)⁸ afirma que, a forma de educar os filhos também mudou. Os pais se sentem desamparados e impotentes na transmissão de autoridade. Eles têm muito a ensinar, porém a capacidade de transmitir conhecimento está de alguma forma, diminuindo.

Para Winnicott (2011, p.136)¹, “no que toca à antropologia, tem-se aprofundado o estudo dos modos pelos quais os vários aspectos da família modificam-se segundo a época e o lugar; sabe-se que, às vezes, são os tios e tias que educam as crianças [...]”.

Martins Filho (2007)³ explica que, as crianças estão sendo criadas sem muito carinho, atenção e até mesmo sem amor e com a ausência dos pais, que é uma das condições mais importantes para seu desenvolvimento e para sua vida. A atenção dos pais está sendo substituída por brinquedos, jogos eletrônicos, televisão, cuidadores, creches e escolas, de modo que a medicação também surge neste cenário como um meio eficaz para apaziguar a inquietude dos filhos.

Segundo Stengel (2011)¹⁵, cada vez mais as vontades das crianças são realizadas, dando a elas voz ativa dentro da família. Seus desejos são aceitos e colocados em prática pelos pais. Aquela criança que antes era mais quieta e obediente, que respeitava os pais, vai se tornando mais ativa, independente e fala o que bem quer. Porém, ser pai é uma função que exige muita responsabilidade e precisa

ser assumida com um bom conhecimento das suas implicações. Ter um filho exige cuidados especiais como banho, alimentação, carinho, além da educação e acompanhamento por toda vida⁴.

Como se percebe, na atualidade já não se fala mais em patriarcas e matriarcas como nos primórdios. O que se tem é a ausência da definição de papéis a serem assumidos em relação às famílias e aos filhos. Martins Filho (2012, p.98)³ diz que: “ser mãe e pai hoje é uma tarefa igual à do passado, acrescida dos problemas que a modernidade trouxe”.

Neste sentido, a educação infantil diz respeito à segurança e insegurança, permitindo à criança o dinamismo, sendo considerada por Dolto (2007)¹³ a primeira educação permanente. A educação informal permanente irá estruturar a personalidade da criança e sua forma de ser na vida. Depois de formada essa personalidade não poderá ser modificada. “Educar uma criança é, portanto, tratá-la como ser humano. É levá-la a desenvolver seu dinamismo, é ajudá-la a sentir-se um ser humano de pleno direito entre outros seres humanos.”². Em outras palavras, Winnicott (2011)¹ diz que, o objetivo dos pais ao criar os filhos, é fazer com que a criança desenvolva de forma gradual e com sentimento de segurança. É necessário que haja em cada criança uma crença em algo, não apenas algo que é bom, mas também confiável e estável.

“Se estivermos confiavelmente presentes e formos coerentes com nós mesmos, podemos fornecer a estabilidade que não é rígida, mas viva e humana, e isso faz a criança se sentir segura”¹⁴. Neste sentido, em uma família cada um de seus membros desempenha papéis diferentes e a criança irá se utilizar deles para fazer com que sua experiência alcance um espaço cada vez mais amplo.

Os pais precisam construir um lar de modo a prover as necessidades básicas de cuidado com os filhos. É dever parental fazer com que os filhos encontrem a si mesmos e ao mundo e também que se estabeleça uma relação eficaz entre a criança e o mundo. Entretanto, a criança necessita de um ambiente facilitador para seu desenvolvimento social, físico e cognitivo, pois o vínculo familiar é considerado fundamental para educação infantil¹⁴.

Winnicott (2005)¹² mostra que os valores familiares já não são mais conservados e estão se perdendo aos poucos e as dificuldades na transmissão da autoridade parental estão crescendo dia a dia. Além disso, as exigências da sociedade moderna e o grande consumismo tem feito com que os pais fiquem ausentes de suas famílias e de seus filhos, não dispondo de tempo para educá-los.

Neufeld & Maté (2006)⁸ apontam que a criação de filhos envolve um contexto em que a criança precisa ser receptiva para que os pais consigam criá-las, confortá-las, guiá-las e direcioná-las. Para a criança se apresentar

disposta a ser educada pelo adulto, é necessário que tenha um vínculo e que esteja disposta a manter contato e ficar próximo a ele. Desta forma, a criança se prende aos pais se tudo ocorrer satisfatoriamente. O vínculo então irá se desenvolver em proximidade emocional e psicológica. No entanto, torna-se difícil educar as crianças que não possui esse vínculo com os adultos que são responsáveis por elas.

Percebe-se que o relacionamento de vínculos entre pais e filhos necessita permanecer durante todo o seu desenvolvimento, porém, o vínculo entre ambos não tem recebido o apoio necessário da cultura e da sociedade, pois, as crianças estão formando vínculos com outras pessoas⁸.

Para Monteiro (2008)¹⁴, as práticas de criação e educação dos filhos são permeadas por técnicas de poder e saber que visa uma mudança no olhar dos pais e das mães, ainda que isso não se apresente óbvio. Em outras palavras, os filhos não devem ser vistos de forma automatizada, como seres imutáveis ou corpos indiferenciados. Por fim, os olhares dos pais devem seguir o preceito enxergar no filho as suas emoções, as suas reações, as suas manifestações e alegrias.

4. CONCLUSÃO

Com base nos estudos apresentados, buscou-se compreender os fatores determinantes relacionados a dificuldades vivenciadas pelos pais na transmissão da autoridade. Identificou-se que nos primórdios na família dita “tradicional”, a mãe era a responsável pelo cuidado com a casa e principalmente dos filhos, o pai desempenhava o papel de provedor do lar. A afetividade da família tradicional exibia um romantismo que inclui a ideia de amor materno natural, preocupada com o amor e o desenvolvimento da criança. Entretanto, em virtude das constantes mudanças sociais e econômicas ocorridas nos últimos tempos, à família passou a viver em um grupo fechado, e com a inserção das mães no mercado de trabalho. Isso acarretou a ausência de definição de papéis dentro da família, gerando assim, diversas implicações no que diz respeito à educação dos filhos.

Portanto, compreendemos que a educação de filhos e vínculo familiar é dois conceitos interligados em si, na transmissão das práticas educativas, porém, as contribuições de Martins Filho (2012)³ apresentou que, considerando o momento presente, vivemos em uma sociedade moderna exigindo cada vez mais, que os pais se distanciem dos cuidados e educação da criança e passam um período maior longe delas, eles não dispõem de tempo para educar seus filhos. Logo, esses cuidados e responsabilidades são transferidos a outras instâncias da sociedade, ou seja, ocorrendo uma terceirização da educação infantil.

Contudo, ao dizer que a família é incapaz em sua tarefa de educar, percebe-se que geralmente a justificativa

de tal incapacidade é atribuída não somente à herança autoritária da educação familiar patriarcal, mas também ao lapso que ocorreu entre pais e filhos e a perda do vínculo familiar.

Por fim, o presente estudo mostrou que, mesmo diante das modificações ocorridas ao longo dos anos, o vínculo e as relações familiares fazem a diferença na transmissão da autoridade parental. Não obstante, em virtude das alterações sociais houve a perda deste vínculo entre os pais e filhos, se ausentando cada vez mais da sua criação e educação, causando aos genitores grande insegurança. Neste sentido, a instituição familiar ainda é considerada significativa para o processo de maturação da criança, pois, a relação familiar proporciona segurança a ela e faz com que se sinta amada e protegida por aquele que é seu responsável. A família bem estruturada faz também com que os pais consigam educar e guiar seus filhos.

REFERÊNCIAS

- [1] Winnicott DW. Tudo A família e o desenvolvimento individual. 4ª ed. São Paulo: WMF Martins Afonso; 2011.
- [2] Dolto F. Quando os filhos precisam dos pais. São Paulo: WMF Martins Afonso; 2008.
- [3] Martins Filho J. A criança terceirizada. 6ª ed. Campinas, SP: Papyrus; 2012.
- [4] Roudinesco E. A família em desordem. Rio de Janeiro: Zahar; 2003.
- [5] Gil AC. Método e técnicas de pesquisa social. 6ª ed. São Paulo: Atlas S.A.; 2008.
- [6] Ariés P. História social da criança e da família. 2ª ed. Rio de Janeiro: LTC; 1981.
- [7] Guimarães JO. Eles não estão nem aí: Impactos da contemporaneidade sobre o ato de educar. [Dissertação] Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora; 2008. Disponível em: <www.ufjf.br/ppge/files/2010/07/03-07-08-Juliana_Guimarães1.pdf> Acessado em: 15/08/ 2016.
- [8] Neufeld G, Maté G. Pais ocupados filhos distantes. São Paulo: Editores Melhoramentos; 2006.
- [9] Pratta EMM, Santos MA. Família e adolescência: a influência do contexto familiar no desenvolvimento psicológico em seus membros. Psicologia em estudo, v.12, n.2, p. 247-256; 2007. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/pe/v12n2/v12n2a05> acessado em: 05/03/2016.
- [10] Winnicott DW. A criança e o seu mundo. 6ª ed. Rio de Janeiro: LTC; 2008.
- [11] Winnicott DW. Pensando sobre crianças. Porto Alegre: Artes Médicas; 1997.
- [12] Winnicott DW. Tudo Começa em casa. 4ª ed. São Paulo: WMF Martins Afonso; 2005.
- [13] Dolto F. As etapas decisivas da infância. 2ª ed. São Paulo: Martins Afonso; 2007.
- [14] Monteiro LP. A autoridade conselheira e o discurso contemporâneo sobre a crise da família. [tese] São Paulo: Instituição de Ensino Universidade de São Paulo; 2008. Disponível em:

<www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde.../Luiza_Pereira_Monteiro.pdf>. Acessado em: 15/08/2016.

- [15] Stengel MO. Exercício da autoridade em família com filhos adolescentes. *Psicologia em Revista*, v-17, n.3, p. 502-521; 2011.